

III Congresso Histórico Internacional

25 a 27 de outubro de 2023

AS CIDADES NA HISTÓRIA: ECONOMIA

PRESENTE-FUTURO E HISTÓRIA-LOCAL

2023

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

III Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: Economia

VOLUME V

Cidade do Presente-Futuro e História-local

COORDENAÇÃO

Antero Ferreira
Alexandra Marques

REVISÃO

Casa de Sarmento - Centro de Estudos do Património

DESIGN GRÁFICO

Maria Alexandre Neves

DATA DE PUBLICAÇÃO

Dezembro de 2025

ISBN (OBRA COMPLETA)

978-972-8050-85-6

ÍNDICE

Ecologias Futuras, Cidades do Presente	7	
Gabriel Kozlowski		
Crisis social y escenario post-pandémico en las ciudades de Chile: Degradación urbano-comercial en el centro histórico de Santiago	19	
Karen Martínez Vicencio		
Alejandro Vallina Rodríguez		
Miguel B. Bernabé Crespo		
Paragominas (PA): origens de uma cidade nova entre a rodovia e a floresta (1950-1960)	47	3
Mariana Verdolin dos Santos		
Las ciudades del futuro: contruyendo ciudades sostenibles con el apoyo de la UE	67	
Amelia Pérez García		
A cultura como estratégia de desenvolvimento da cidade do Porto: variações dos discursos e práticas da política municipal recente	97	
Patricia Reis de Matos Braz		
Contaminações, mutualismos e simbioses: a metrópole negra por vir	127	
Carlos Henrique Magalhães de Lima		
Cidade Sustentável e os objetivos do desenvolvimento sustentável	143	
Silvio Roberto Stéfani		
Victor Barros		
Edgar Gandra		
Helder Pedro M. do Carmo		
Compreender o global a partir do local: contributos para o desenvolvimento da consciência patrimonial dos jovens	159	
Maria Helena Pinto		

Cidades do Litoral e Cidades do Interior: um passado sem futuro	179
Maria Rosário Bastos Antero Ferreira Olegário Nelson Azevedo Pereira Filipe Salgado Sérgio Lira João Alveirinho Dias	
A cidade com que sonhamos é a cidade que podemos construir	203
Alzira Agostini Haddad	
Trofa - de um lugar se fez uma cidade industrial	211
José Pedro Reis	
O espaço público vimaranense enquanto palco de revoltas, sedições e conflitos. Uma visão através da imprensa periódica (1850-1910)	231
Sílvia Pinto	
Poder e administração financeira: a cidade de Penafiel com Manuel Pedro Guedes no período da Regeneração	255
António José Pinto do Fundo	
Para a História da Programação Musical do Teatro Jordão: Eurico Thomaz de Lima (1908-1986), os Concertos da Sociedade Musical e os Cursos de Piano de Guimarães	283
Elisa Lessa	
Os operários da curtimenta nos Couros de Guimarães à década de 30 e 40 do século XX	303
Carlos Marques	

Cidades do Litoral e Cidades do Interior: um passado sem futuro

Maria Rosário Bastos

Antero Ferreira

Olegário Nelson Azevedo Pereira

Filipe Salgado

Sérgio Lira

João Alveirinho Dias

CIDADES DO LITORAL E CIDADES DO INTERIOR: UM PASSADO SEM FUTURO

Maria Rosário Bastos¹; Antero Ferreira²; Olegário Nelson Azevedo Pereira³; Filipe Salgado⁴; Sérgio Lira⁵; João Alveirinho Dias⁶

Resumo

Basta olhar para a densidade populacional cartografada num mapa atual de Portugal continental para perceber o desequilíbrio entre a sobrepopulação litoral e desertificação do interior. Este desequilíbrio torna-se dramático a vários níveis: social, cultural, ambiental e, obviamente, económico. Neste estudo apresentam-se os resultados de um projeto exploratório desenvolvido no CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória), através do qual se averiguou quando e onde se iniciou a litoralização do território português. Efetuou-se uma análise de longa duração consubstanciada na observação do desenvolvimento urbano e respetivo povoamento, tomando como indicadores os forais antigos outorgados pela coroa até ao reinado de D. Dinis, os chamados forais novos ou manuelinos, o primeiro censo (1856) e o de 2021. A emergência dos municípios portugueses foi o *proxy* eleito para proporcionar

181

-
- 1 Universidade Aberta, Portugal & CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Universidade do Porto, Portugal, Maria.Bastos@uab.pt (autor correspondente)
 - 2 Casa de Sarmento, Universidade do Minho, Portugal & CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Universidade do Porto, Portugal, afferreira@csarmento.uminho.pt
 - 3 MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Portugal & Universidade Aberta, Portugal, olegario.pereira@hotmail.com
 - 4 Casa de Sarmento, Universidade do Minho, Portugal & CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Universidade do Porto, Portugal, fsalgado@csarmento.uminho.pt
 - 5 CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Universidade de Lisboa & Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável, Barcelos, Portugal, sliraslira@gmail.com
 - 6 CIMA – Centro de Investigação Marinha e Ambiental, Universidade do Algarve, Portugal, jdias@ualg.pt

continuidade na análise. Nesta cronologia de largo espectro, fica clara a tendência de continentalização dos municípios portugueses numa primeira fase, o incremento da litoralização nos alvares do Período Moderno e a afirmação dessa concentração concelhia litorânea na contemporaneidade. Feita esta análise compete investigar as causas e consequências para, num projeto subsequente, dissecar os impactos da litoralização do país nas economias coevas e retirar da interpretação histórica os ensinamentos devidos.

Palavras-chave: Litoralização, Municipalismo; Demografia; Longa Duração

Abstract:

By observing population density charted on a current mainland Portugal map it is clear an imbalance between coastal overpopulation and interior desertification. This imbalance becomes dramatic on several issues: social, cultural, environmental and, obviously, economic. This study presents the results of an exploratory project developed at CITCEM (Centre for Transdisciplinary Research Culture, Space and Memory) with the objective to know when and where Portuguese territory “coastalization” began. A long-term analysis was made, based on the observation of urban development and respective settlement, using as indicators the old municipality charters (forais) granted by the crown until the reign of D. Dinis, the so-called new or Manueline charters, and the first (1856) and the 2021 population census. The emergence of Portuguese municipalities was the proxy chosen to provide continuity in the analysis. In this broad-spectrum chronology, the tendency towards continentalization of Portuguese municipalities in a first phase is clear, followed by the increase in “coastalization” at the dawn of the Modern period and the affirmation of this municipality coastal concentration in contemporary times. Once this analysis is done, it is necessary to study the causes and consequences so that, in a subsequent project, we can dissect the impacts of the country’s “coastalization” on current economies and draw the necessary lessons from historical interpretation.

Keywords: “Coastalization”, Municipalism; Demography; Long term

1. Introdução

A análise histórica da evolução populacional portuguesa é um tema particularmente fecundo, quer nos períodos medieval e moderno, quer no período contemporâneo (e.g. Marques, 1987: 22-34; David, 1995; Silveira, 2001; Rodrigues, 2008). No entanto, a dificuldade inerente a esse tipo de abordagens para épocas remotas é um óbice à possibilidade da obtenção de quantitativos populacionais completamente fidedignos. Esta realidade é particularmente reconhecida para o período medieval uma vez que o “silêncio” imposto pelas fontes históricas permite, apenas, vislumbrar uma ordem de grandeza relativamente à densidade populacional (e.g. David, 1995: 88-91). Para os períodos subsequentes o tema não deixa de representar um desafio, mas *a contrario* dada a multiplicidade de fontes escritas com contagens ou, ao menos, aproximações à contagem da população e sua distribuição geográfica (e.g. Silveira, 2001; Rodrigues, 2008). De qualquer modo, mesmo que por aproximação, os quantitativos populacionais portugueses ao longo do tempo são relativamente conhecidos (cf. Mattoso, 1997)⁷.

Considerando as questões aludidas, seria expectável que se identificassem os movimentos gravitacionais da distribuição das localidades – e da população – pelo território, ou em termos atuais, se soubesse como foi a evolução do ordenamento territorial ao longo dos séculos, nomeadamente no que se refere aos processos de litoralização⁸. Sabemos que atualmente ocorre uma sobrecarga de população no litoral por oposição a uma desertificação do interior com as assimetrias demográficas, socioeconómicas e ambientais daí decorrentes (Instituto Nacional de Estatística, 2019). Sabemos, também, que na época da expansão ultramarina a relação dos portugueses com o mar se estreitou, podendo-se sinalizar urbes de assinalável dimensão, das quais partiam gentes e embarcações para,

7 Apenas enquanto exemplo do conhecimento acerca da densidade populacional portuguesa veja-se a obra “História de Portugal” coordenada por José Mattoso, na qual tais dados são sistematizados: cf. Mattoso, 1997, vol. II: 199-207, 275-301; vol. III: 177-195, 206-217; vol. IV: 43-62; vol. V: 365-377; vol. VI: *passim*; vol. VII: 21-31; vol. VIII: 131-135.

8 Entenda-se por litoralização o processo migratório e/ou a fixação permanente de comunidades humanas no litoral.

por mar, alcancarem novos territórios e oportunidades de enriquecimento (Rodrigues, 1997: 191, 209-210; Rodrigues, 2008: 167). O que não sabemos é quais foram os períodos-chave de ocupação litorânea para estabelecermos com base científica consolidada a cadência da litoralização continental portuguesa.

A literatura científica acerca do tema, afirma que os litorais abrigados (estuarinos e lagunares) foram desde muito cedo ocupados pelo ser-humano, ao contrário dos litorais expostos diretamente à agitação marítima oceânica que só tardiamente foram objeto de fixação perene. Em termos internacionais é o que, por exemplo, assevera Alain Corbin (1995) ao demonstrar que até à prática e democratização da vilegiatura marítima, os litorais marinhos expostos eram “territórios do vazio”, terras despovoadas e evitadas⁹. Este postulado tem sido profusamente reproduzido por muitos dos que se dedicam ao estudo das zonas costeiras portuguesas (e.g. Dias, 2005; Freitas, 2010; Bastos, 2015). Faz todo o sentido que os litorais expostos fossem protelados em relação às zonas protegidas, mais precocemente ocupadas. Naqueles predominavam os efeitos de tempestades marítimas, galgamentos e, ocasionalmente, maremotos com maior amplitude. A estes óbices, acresce o fato das condições naturais para a exploração dos recursos em “mar aberto” ser mais difícil (amplitude térmica diária mais acentuada, terrenos paupérrimos e maior energia das ondas). Porém, quando queremos concretizar e pontualizar as afirmações acima expostas não encontramos estudos dedicados para o efeito.

184

Nos alvares da nacionalidade o reino português teria uma ocupação da faixa costeira relativamente incipiente. Tal como Oliveira Marques indicou, tratava-se de um assentamento populacional caracteristicamente de “litoral-interior” (Marques, 1981: 282), o qual, se depreende, observaria uma distância de segurança ao “mar aberto” ou litorais expostos, salvaguardando a população coeva dos perigos que daí advinham. Com efeito, predominava a ocupação dos litorais abrigados, nos quais se desenvolveram núcleos populacionais intrinsecamente relacionados com as atividades marítimas, como a pesca, a salicultura ou o comércio. Se no Norte de Portugal essa situação é perceptível antes e durante os alvares da nacionalidade (e.g. Sampaio, 1979; Moreno, 1992; Andrade, 2005), no restante litoral português, intensificando-se o ritmo da Reconquista, ocorreu um aumento de ocupação humana ao abrigo dos sistemas lagunares ou estuarinos (e.g. Andrade, 2005). São exemplos disso, entre outros, a região da laguna de Aveiro (Amorim, 1996; Bastos, 2015), o estuário do Mondego (Coelho, 1983), as lagunas de Pederneira, Alfeizerão e Óbidos (Henriques, 1996, 2013; Dias, 2004, 2009), a Península de Setúbal, nomeadamente na zona estuarina do rio Tejo, na laguna de Albufeira e no estuário do rio Sado (Oliveira, 2008), a desembocadura do rio Mira (Quaresma, 1988) e, na região algarvia, a ria Formosa e a foz do Guadiana (Iria, 1988; Dias, 1988).

9 Mesmo no começo da vilegiatura marítima ela incidia nos litorais abrigados (v.g. aldeias de pescadores). Aliás, uma grande parte dos litorais expostos continuam não ocupados.

Pesem embora tais considerações, é extremamente difícil estabelecer um padrão de ocupação do litoral com a sua correlativa densidade populacional, ao menos até ao numeramento de 1527-32 (Rodrigues, 1997, 2008). A partir deste momento, já se torna mais operacional ter uma noção da demografia do reino e, embora incorporando os problemas atinentes aos recenseamentos populacionais de inícios do século XIX, com informações esparsas (cf. Sousa, 1979; Silveira, 2008), a situação é consolidada com o primeiro recenseamento português de base científica que remonta a 1864 (e.g. Pinto, Rodrigues, 1993). Com este trabalho pretende-se contribuir para o melhor conhecimento da problemática em apreço, ao observar e representar estatística e cartograficamente a movimentação do centro de gravidade dos municípios portugueses numa perspetiva de largo espectro diacrónico. Utiliza-se os ritmos de cadência da afirmação e implantação municipal, porquanto o recurso às fontes subjacentes, acabam por ser um indicador de manejo acessível: referimo-nos aos forais e aos censos, como mais adiante explicitaremos. Para o efeito, estabelece-se uma correlação entre a densidade de povoamento do litoral português, designadamente com os seus núcleos de povoamento costeiro e a intensidade da litoralização do território português em termos de ordenamento territorial desde o período do condado portugalense até ao censo de 2021.

2. Fontes e Metodologia

Percecionar a litoralização de Portugal continental, isto é, o ritmo de ocupação populacional na zona costeira portuguesa relativamente ao interior, ao longo de onze séculos, não é um desafio fácil porque envolve o manejo de fontes diversas no seu propósito e origem, assim como o recurso a suporte científico vasto e disperso e, ainda, a uma metodologia interdisciplinar. Dada a impossibilidade evidente de se proceder a um levantamento global da ocupação do território português, ainda que para períodos remotos, optamos por eleger a dispersão dos municípios como o *proxy* principal. Esta opção metodológica deveu-se à evidente impossibilidade de cotejar e compilar os dados insertos em todos os fundos monásticos e particulares do território de então. Com efeito, o recurso a abordagens fragmentadas e complexas, como sejam a deteção dos ritmos de ocupação territorial averbados pelos elementos quantificáveis a partir de coutos, honras, beatrias, paróquias, assentos de nascimentos, óbitos, entre outras, ou o recurso a outras fontes documentais esparsas, como documentos de compra e venda, escambos e outros negócios, seria uma tarefa demasiadamente morosa que exigiria recursos materiais e humanos de muito maior envergadura. Assim, e considerando as dificuldades aludidas, estabeleceram-se três cortes cronológicos principais, nos quais, para o efetivo reconhecimento dos municípios, temos fontes ao nosso dispor que percorrem todo o feixe cronológico em observação, nomeadamente as cartas de foral e os censos populacionais.

2.1. As cartas de foral

A importância das cartas de foral, para a análise encetada, reside no fato de serem úteis enquanto elemento da percepção da pré-existência ou reconhecimento formal de um núcleo urbano (Reis, 2015). Foi nesse sentido que se estabeleceu a abordagem a esta fonte histórica e não com o fito de se proceder a uma listagem das terras foraleiras, ou se analisarem os forais numa ótica jurisdicional. Da mesma forma, não se discutem neste estudo as questões diferenciadoras entre forais, cartas de foral, cartas de povoamento ou aforamentos coletivos. Tais tarefas já foram profusamente elaboradas por outros Autores (e.g. Franklin, 1825; Braga, 1868; Herculano, 1875; Barros, 1885, 1886; Soares, 1931; Coelho, 1996, 2006; Reis, 2015, entre muitos outros). Assumimos como forais os documentos de reconhecimento de fixação de uma comunidade num dado território, os quais lhe concedia um certo grau de autonomia, estabelecendo as normas pelas quais se deveria pautar (Reis, 2015), aliás, na mesma senda da Escola de Coimbra (Ventura; Oliveira, 2006a, 2006b, 2011; Marreiros, 2012, 2019a, 2019b; Coelho; Rocha, 2022). Por fim, apesar da outorga de um foral poder ser efetuada por diferentes poderes, como por exemplo, instituições ligadas à Igreja ou o poder senhorial, apenas nos debruçamos nos forais régios uma vez que “(...) a iniciativa da outorga da grande massa dos forais portugueses partiu dos próprios monarcas (...)” (Reis, 2015: 109), para além dessa outorga evidenciar uma vontade explícita ou implícita de “ordenamento do território” (nos domínios administrativo, económico político e, numa primeira fase, de defesa). Considerou-se ainda que o levantamento e tratamento sistemático de forais particulares (de outorga laica e religiosa) não se compadecia com o tempo útil para a concretização do projeto. Desse modo, foi através desta fonte histórica que estabelecemos os dois primeiros cortes cronológicos deste estudo, nomeadamente:

1. o primeiro corte cronológico, engloba o intervalo entre o período condal¹⁰ e o final do reinado de D. Dinis, nomeadamente entre o ano de 1096, quando o conde D. Henrique outorgou os forais de Constantim [de Panóias]¹¹ e de Guimarães¹², e o ano de 1321, aquando do último foral do reinado dionisino¹³. Para

10 Considerando que D. Henrique e D. Teresa já outorgavam forais, dando chancela jurídica a povoados pré-existentes ou fundando-os *ab initio*. Referimo-nos, portanto, ao período do condado Portucalense, uma vez que anteriormente ocorreu a outorga de outros forais, mas por Fernando I de Castela e Leão, como o caso do primeiro foral conhecido para o atual território português, o de São João da Pesqueira, datado entre os anos de 1055 e 1065 (Reis, 2015).

11 ANTT, Leitura Nova, Livro dos Forais Velhos, fls. 117-118; ANTT, Gavetas, gav. 18, mc. 1, n.º 12; Ventura; Oliveira, 2011, doc. 128, p. 161-162.

12 ANTT, Leitura Nova, Livro dos Forais Velhos, fls. 70-71.

13 ANTT, chancelaria régia, D. Dinis, livro 4, fls. 91v-92v; ANTT, Gavetas, gav. 15, mc. 3, n.º 12; Coelho, 2022, doc. 96, p. 351-356. Refira-se também a alusão à outorga deste foral sem explicitar a data em ANTT, Leitura Nova, Livro dos Forais Novos de Trás-os-Montes, fl. 21.

este lapso temporal, recorreremos ao livro dos forais velhos¹⁴, complementando a análise com o recurso aos forais que se encontram no fundo das Gavetas da Torre do Tombo¹⁵ e aos livros de chancelaria régia¹⁶, nomeadamente até ao reinado de D. Dinis, porquanto, foi até este reinado, que o movimento foralengo manifestou a sua maior expressão (Reis, 2015).

2. o segundo corte cronológico, incide sobre os forais novos ou manuelinos insertos na chamada “Leitura Nova”¹⁷, cuja outorga ocorreu entre os anos de 1500, data em que foi outorgado o foral de Lisboa¹⁸, e 1524, ano em que foram outorgados os últimos forais deste reinado¹⁹.

No seguimento da recolha das informações concernentes aos forais, criou-se uma base de dados com os seguintes campos. Os primeiros foram os referentes à “Localidade” e “Data”, no qual foram introduzidos respetivamente o nome do local apresentado no foral (com grafia atual) e a datação do mesmo. Nesta questão houve alguns problemas como, por exemplo, a homonímia entre localidades²⁰. Neste caso foram outros elementos constantes no documento (lugares, confrontações, rios, etc.) que nos permitiram a distinção entre localidades. Deparamo-nos, também, com o desconhecimento da data da primeira outorga de alguns forais²¹, o que resolvemos assumindo o primeiro documento que se refere a um concelho como sendo o diploma fundacional. No campo intitulado

-
- 14 Arquivo Nacional Torre do Tombo (doravante designado pela sigla ANTT), *Leitura Nova*, Livro 42, Livro de Forais Velhos.
- 15 ANTT, *Gavetas*. Os maços e respetivos números de cada um desses forais serão referenciados na medida em que forem referidos ao longo deste estudo.
- 16 Para o efeito, recorreu-se às publicações das chancelarias relativas aos reinados de D. Afonso III (Ventura; Oliveira, 2006a, 2006b, 2011) e de D. Dinis (Marreiros, 2012, 2019a, 2019b) ou, no caso de não se encontrarem totalmente publicadas ou na necessidade de confrontação com o diploma original, recorreu-se aos livros de chancelaria originais (cf. Na bibliografia cada um em ANTT, *Chancelaria Régia*). Servimo-nos ainda da mais recente coletânea publicada onde se reúnem os forais régios outorgados por D. Dinis (Coelho; Rocha, 2022).
- 17 ANTT, *Leitura Nova*, livro 43, Livro dos Forais Novos de Entre Douro e Minho; ANTT, *Leitura Nova*, livro 44, Livro dos Forais Novos de Trás-os-Montes; ANTT, *Leitura Nova*, livro 45, Livro dos Forais Novos de Entre Tejo e Odiana; ANTT, *Leitura Nova*, livro 46, Livro dos Forais Novos da Beira; ANTT, *Leitura Nova*, livro 47 Livro dos Forais Novos da Estremadura.
- 18 ANTT, *Leitura Nova*, Livro dos Forais Novos da Estremadura, fl. 16v.
- 19 Nomeadamente a Alcoutim (ANTT, *Leitura Nova*, Livro dos Forais Novos de Entre Tejo e Odiana, fl. 115-116), Azinhoso (ANTT, *Leitura Nova*, Livro dos Forais Novos de Trás-os-Montes, fls. 63-63v.), Celorico de Basto (ANTT, *Leitura Nova*, Livro dos Forais Novos de Entre Douro e Minho, fls. 125v-142v.), Lavre (ANTT, *Leitura Nova*, Livro dos Forais Novos de Entre Tejo e Odiana, fls. 112v-113) e Terra Galega (ANTT, *Leitura Nova*, Livro dos Forais Novos da Estremadura, fl. 254).
- 20 Vila Franca (ANTT, *Leitura Nova*, Livro dos Forais Velhos, 42-43v.); Vila Nova (ANTT, *Leitura Nova*, Livro dos Forais Velhos, 53-53v.), entre outros.
- 21 Por exemplo: o caso de Penajoia que um documento datado de 1261 já indica como concelho, mas que não conhecemos o foral respetivo (Ventura; Oliveira, 2006a, doc. 233, p. 260); Messejana, da qual também se não conhece carta de foral, mas é mencionada como concelho numa contenda apresentada perante D. Dinis em 1291 (ANTT, *chancelaria régia*, D. Dinis, livro 2, fls. 129-129v.; Marreiros, 2012, doc. 510, p. 510-511); ou Britiande, localidade da qual não se conhece carta de foral, mas é designada concelho, com um documento de povoamento de D. Dinis em 1324 (ANTT, *chancelaria régia*, D. Dinis, livro III, fl. 155v.; Marreiros, 2019b, doc. 829, p. 567-568).

“Outorgante” inseriu-se o monarca que concedeu o foral. Neste âmbito de outorga régia, optámos por incluir forais outorgados por particulares, mas que foram posteriormente confirmados pelos monarcas²² e, ainda, forais “mistos”, outorgados conjuntamente por particulares e monarcas²³. Nos campos seguintes foram introduzidos dados relativos a “Fonte”, “Observações”, “Nome atual”, “Concelho atual”, campos que dispensam explicação. De seguida, introduzimos as entradas com a “Latitude” e “Longitude” para referenciar cada localidade com foral atribuído. Apesar de nos cálculos gerais para definir a distância relativamente ao litoral pudesse haver um esbatimento de erro relativamente à localização precisa da localidade, optamos por definir os seguintes marcos de medição: a) pelourinhos medievais ou manuelinos, se existissem; b) na falta desses, outros elementos arquitetónicos da época, tais como castelos; c) para concelhos sem os marcos anteriormente aludidos, selecionou-se a junta de freguesia local como ponto de referência concelhia²⁴. Por fim, introduziu-se o campo “Distância ao litoral oceânico” no qual se inseriu a menor distância baseada na localização²⁵. A base de dados considerou a posterior representação da outorga dos forais em suporte cartográfico, bem como, a representação da distância global relativamente ao litoral oceânico e, nesse sentido, foi delineada de maneira a produzir os cálculos desta última. Este processo deu origem a uma base de dados com 1019 entradas (forais outorgados).

2.2. Os Censos

O terceiro corte cronológico situa-se no período contemporâneo, abordado através dos censos: a) designadamente com o primeiro recenseamento da população portuguesa efetuado em 1864 (Estatística de Portugal, 1868), o qual inaugurou os recenseamentos modernos pautados pelas orientações internacionais estabelecidas em Bruxelas (1853); b) e o último censo de 2021 (Instituto Nacional de Estatística, 2022) que nos possibilitou retirar os dados respeitantes à população absoluta dos 278 municípios de Portugal continental, permitindo uma visão de conjunto do índice de litoralização atual.

22 Por exemplo: o de Alhandra, outorgado pelo segundo bispo de Lisboa D. Soeiro e confirmado por D. Sancho I em 1203 (ANTT, Leitura Nova, Livro dos Forais Velhos, fls. 5v-6); o de Alvendro, outorgado pelo bispo da Guarda e confirmado por D. Dinis em 1214 (ANTT, chancelaria régia, D. Dinis, livro I, fls. 155v-156v.; o de Álvares, datado de 1291 e conhecido por um treslado de 1462, outorgado por Martim Gonçalves e sua mulher Maria Viegas, confirmado por D. Dinis (ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 1, n.º 31); entre vários outros.

23 Benavente (ANTT, Leitura Nova, Livro dos Forais Velhos, fls. 81-82v.), Campo de Jales (ANTT, Leitura Nova, Livro dos Forais Velhos, fls. 130v-131; Ventura; Oliveira, 2011, doc. 176, p. 213-214); Parada de Ester (Marreiros, 2019a, doc. 355, p. 558-560), entre outros. Estamos conscientes de que dificilmente fomos exaustivos, mas tentamos ao máximo fazer um levantamento coerente, isto é, que pressupusesse a intervenção direta dos monarcas.

24 A opção pela junta de freguesia em detrimento da câmara municipal deve-se à circunstância de se evidenciar uma volatilidade apreciável quanto ao estatuto de sede de concelho, ao longo do tempo.

25 Importa referir que consideramos as diferenças do litoral medieval português relativamente à atualidade, uma vez que foi particularmente na cronologia aludida que ocorreram os principais processos morfodinâmicos que reconfiguraram vários trechos do mesmo (Martins, 1947; Dias, 2005; Dias *et al.*, 2000).

Para este período de análise, procedeu-se à constituição de uma segunda base de dados para recolha da informação dos recenseamentos de 1864 e 2021, utilizando como referência a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), na versão de 2011, anterior ao processo de união de freguesias realizado em 2013. Do recenseamento de 1864 foi recolhida a seguinte informação: distrito, concelho, paróquia, população, fogos. Esta informação foi cruzada com a CAOP v2011, adicionando-se a cada registo os campos “coddistrito”, “codconcelho”, “codfreguesia”. Ao longo do processo de introdução da informação na base de dados fomos deparando com alguns problemas já previstos: extinção ou criação de distritos, concelhos ou freguesias, o que dificulta a comparação entre os resultados de 1864 e os de 2021. Sempre que possível, os dados de 1864 foram associados à freguesia correspondente de 2021, mesmo que se situasse noutro distrito ou noutro concelho. Adicionaram-se os campos “antigodistrito”, “antigoconcelho” e “antigafreguesia”, para preservar a estrutura original. Registou-se ainda a nova denominação da freguesia e, sempre que possível, a sua data de criação e de extinção. Este processo deu origem a uma base de dados com 4.440 registos (freguesias). Na fase seguinte cruzamos esta informação com os dados do recenseamento de 2021.

3. Resultados e Discussão

Os resultados e discussão serão apresentados considerando a tipologia das fontes estudadas, a saber: forais e censos.

3.1. Forais

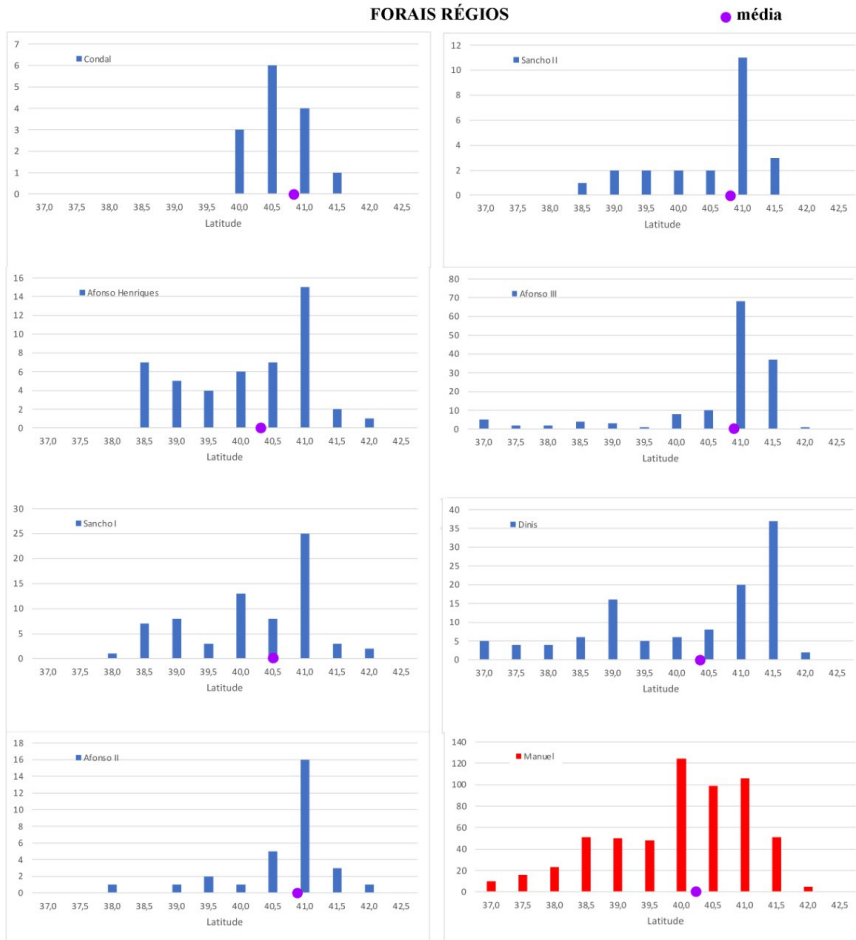
O levantamento dos forais régios considerando os cortes cronológicos anteriormente mencionados, proporcionou a identificação da outorga de um total de 1.019 diplomas. Entre o período condal e o reinado de D. Dinis, foram outorgados 434. A estes acrescem os forais novos ou manuelinos cujo total de outorgas foi de 585 (Tabela 1).

Tabela 1. Forais outorgados por reinado no primeiro e segundo corte cronológico

Reinado	Forais outorgados	Datas extremas
Período Condal	14	1096-1136
D. Afonso Henriques	61	1128-1185
D. Sancho I	70	1186-1210
D. Afonso II	30	1211-1222
D. Sancho II	23	1223-1240
D. Afonso III	123	1249-1277
D. Dinis	113	1280-1321
D. Manuel	585	1500-1520

Os dados coligidos, interpretados através da representação cartográfica e de histogramas de localização, nomeadamente da distribuição por latitude (Gráfico 1) e da distância relativamente ao litoral (Gráfico 2), possibilitou clarificar as tendências dos centros gravitacionais de distribuição da população e respetivos fluxos de ocupação do litoral continental português para os períodos cronológicos aludidos.

Gráfico 1. Distribuição dos forais régios por latitude

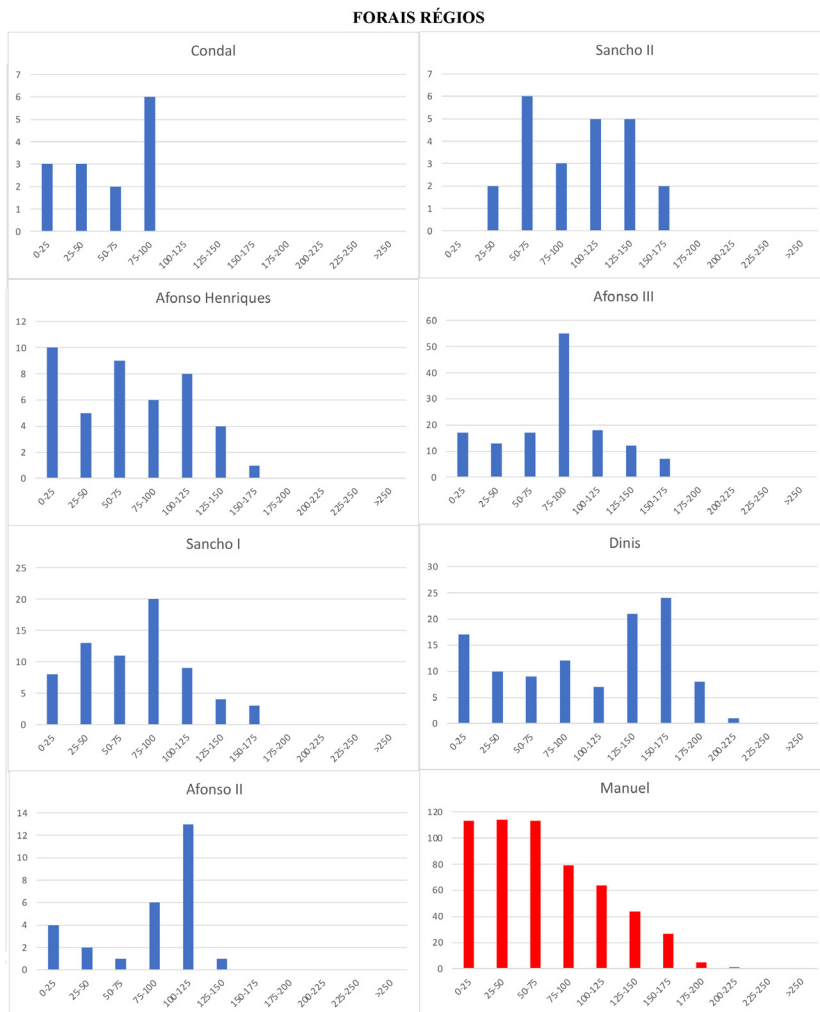


190

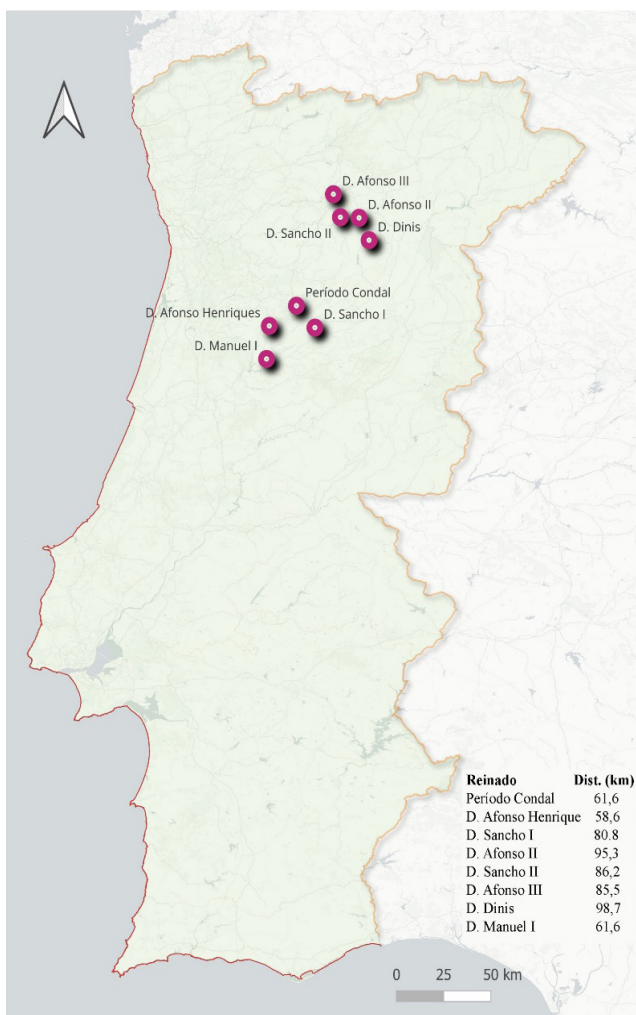
A distribuição de forais régios por latitude (Gráfico 1), demonstra existirem fortes assimetrias percecionando-se uma maior incidência das latitudes mais setentrionais. Com efeito, é interessante verificar que a moda principal persistente em quase todos os reinados é a de 41,0° N. Neste contexto, excetua-se a moda correspondente ao período

condal, a qual se localiza um pouco mais a sul, nomeadamente 40,5° N e a correspondente ao reinado de D. Dinis, localizada um pouco mais a norte a 41,5° N. Também é interessante verificar que as distribuições têm tendência unimodal (só um pico), embora sejam de ressaltar: o reinado de D. Afonso Henriques, apresentando uma moda secundária no limite sul; o reinado de D. Sancho I que apresenta duas modas secundárias; e o reinado de D. Dinis com uma moda secundária entre 39,0 e 39,5° N. No período Manuelino, observa-se uma diluição das tendências aludidas, com maior incidência a norte (40° N), certamente reflexo da outorga mais sistemática de forais.

Gráfico 2. Distribuição dos forais régios por distância ao litoral oceânico



Relativamente à distribuição dos forais régios considerando a distância ao litoral (fig. 2), verifica-se que a moda principal (pico) das distribuições encontra-se sistematicamente no interior, excetuando no caso do reinado de D. Afonso Henriques, no qual a moda principal se encontra entre 0-25 km de distância do litoral. Esta moda principal é variável de reinado para reinado, encontrando-se nas seguintes distâncias relativamente ao litoral: entre 75-100 km no período condal e nos reinados de D. Sancho I e D. Afonso III; entre 100-125 km no reinado de D. Afonso II; entre 50-75 km no reinado de D. Sancho II; e entre 150-175 km no reinado de D. Dinis. Note-se, todavia, que é necessário considerar a pluri-modalidade. Com efeito, as distribuições do período condal, dos reinados de D. Sancho I, de D. Afonso II e de D. Sancho II são bi-modais (têm dois picos). Noutros casos são tri-modais, apresentando, por vezes, uma moda junto ao litoral (como nos reinados de D. Afonso Henriques, D. Afonso II, D. Afonso III e D. Dinis). A distribuição apresentada no reinado de D. Manuel ilustra a efetiva mudança de paradigma relativamente à dispersão populacional. Com efeito, verifica-se que neste período se apresenta uma moda muito larga junto ao litoral (colunas entre 0-75 km, com alturas de 113, 114 e 113, representando os quantitativos de forais outorgados nessa área) que depois decresce para o interior, reflexo da forte litoralização que então se verificou. Considerando os dados aludidos, no cômputo geral, verificou-se que as medianas da localização dos forais situam-se entre os 58-98 km de distância ao litoral (Imagem 1).

Imagem 1. Medianas da distância dos forais ao litoral por reinados

193

Através da análise dos dados apresentados podemos inferir:

- a) Entre os reinados de D. Afonso II e D. Dinis verifica-se a existência de um agrupamento de forais genericamente em torno do Marão. É razoável supor que a mediana que atesta a concentração de outorgas de forais régios numa zona central do Entre-Douro-e-Minho, região onde pontuava o domínio da aristocracia laica e eclesiástica (Marques; Dias, 2003: 95), tivesse exatamente o propósito de travar o domínio senhorial nessa franja territorial. Talvez não se conseguindo impor no litoral nortenho, já

maioritariamente ocupado por senhorios e evitando, por outro lado, as esquiladas terras transmontanas – e talvez por isso de povoamento extraordinariamente rarefeito em pleno século XIII (Marques; Dias, 2003: 59) – os monarcas utilizaram a capacidade de criação de concelho para criarem uma espécie de um contrapoder a quem mais poderia ameaçar o domínio da coroa. Aliás a cartografia do povoamento de Portugal feita a partir do rol dos tabeliães (1290) e, sobretudo, do Povoamento dos Reinos de Portugal e do Algarve segundo um rol de igrejas (1320-1321) vem confirmar as ilações aqui expendidas porquanto a concentração populacional situar-se-ia no norte litoral (Marques; Dias, 2003: 60 e 61, respetivamente).

- b) Com D. Dinis verifica-se uma interiorização do povoamento e criação de concelhos, o que se torna perfeitamente lógico se considerarmos, que após a definição das fronteiras plasmada no tratado de Alcanizes (1297), havia que conter eventuais investidas no reino português perpetradas pelos vizinhos orientais. E também com este propósito que é criado o primeiro couto de homiziados, em Noudar, em 1308 (Moreno, 1986: 101), o que abona na perceção do propósito da consolidação do território.
- c) Até D. Dinis não há intensa dispersão do centro gravitacional foralengo para sul. Tal facto fica certamente a dever-se à implantação massiva das ordens religiosas-militares, com o beneplácito da coroa, a sul do Mondego e, mormente, do Tejo (ver por todos Marques; Dias, 2003: 47).
- d) Com o advento da modernidade, designadamente com os forais manuelinos, verifica-se uma tendência para alteração de paradigma materializada numa meridionalização e litoralização do reino. Tal é compreensível se atentarmos que a procura de oportunidades e riquezas em terras de Além-Mar, ou na procura e comércio que daí advinham, seduz a população a aproximar-se dos portos marítimos (Marques; Dias, 2003: 161).

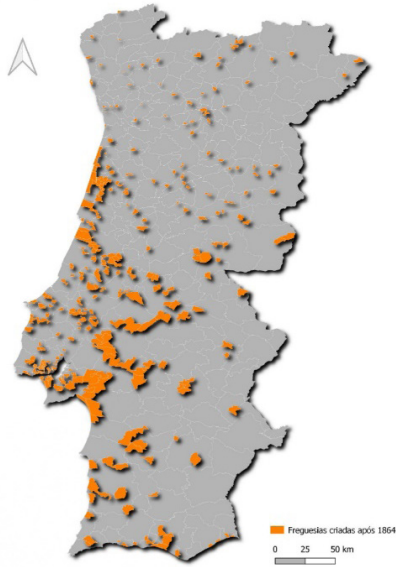
194

3.2. Censos

Conforme referimos, foi necessário recriar a área dos concelhos que existiam em 1864. Para esse efeito, definimos o território dos concelhos, unindo os polígonos das freguesias que àquela data formavam os concelhos.

De seguida, identificamos as freguesias que não existiam em 1864. A sua criação por divisão da área de uma ou mais freguesias, é um bom indicador da localização das zonas de maior dinamismo e crescimento da população. Através da imagem 2, podemos identificar a particular incidência deste processo nos distritos litorais da zona centro e sul, nomeadamente; Aveiro, Coimbra, Santarém, Lisboa e Setúbal, bem como no litoral dos distritos de Beja e de Faro.

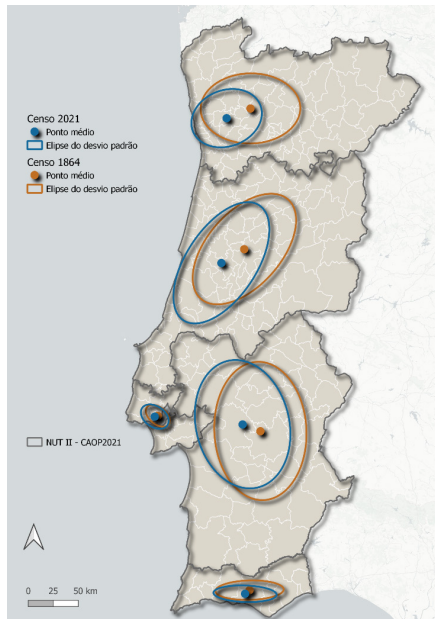
Imagem 2. Freguesias criadas após 1864



Fonte: Recenseamentos de 1864 e de 2021.

195

Imagem 3. Distribuição da população por NUTII (Censos de 1864 e 2021)



Finalmente, procurámos comparar a distribuição da população nas áreas da NUTII entre os recenseamentos de 1864 e de 2021. Calculámos o centroide ponderado pela população, isto é, o ponto médio da distribuição da população no território de cada NUTII, em 1864 e em 2021. Calculamos ainda a elipse padrão, que nos apresenta a dispersão da população à volta do centroide.

Comparando os dois momentos, verificamos que existe uma tendência clara para que o centroide e a elipse padrão se desloquem para litoral. Na NUTII – Norte, o movimento foi bastante acentuado, na direção da área metropolitana do Porto. Na NUTII – Centro e na NUTII – Alentejo existe também um movimento em direção ao litoral, mas orientando-se na direção da área metropolitana de Lisboa. Mesmo no Algarve, onde a amplitude do movimento não é tão pronunciada, existe uma deslocação da elipse para o litoral.

4. Considerações Finais

A litoralização de Portugal afigura-se uma realidade relativamente recente sem expressão nos primeiros séculos portugueses. Verificou-se um primeiro arrobo com D. Afonso Henriques, mas que não teve continuidade. O medo do mar e dos perigos naturais (reais e imaginados) que pautavam o ideário medievo levavam a que a fixação dos povoados se fizesse com uma distância de segurança do litoral ou, ao menos, nas costas abrigadas e, mesmo nestas, com certo afastamento do “mar aberto”. Paralelamente, a necessidade de defesa face a outro potencial inimigo, agora humano, designadamente o que fazia fronteira com território a norte e oriente, impeliu a que fosse dada particular atenção ao povoamento e defesa dessa zona sensível, também ela mote de medos reais (e/ou imaginados), tal como o mar. Com o dealbar da época moderna e, com ela, a intensificação das expedições marítimas e tráfico ultramarino a tendência de aproximação ao litoral começa compreensivelmente a alterar-se sem, todavia, apresentar um resultado que fizesse antever a total inversão do eixo gravitacional de concentração de povoamento costeiro que se assinala para a contemporaneidade.

Na segunda metade do século XIX era já evidente uma maior concentração da população na área litoral oeste do território português. Este processo acentuou-se ao longo do século XX, refletindo não só a atração pelas duas áreas metropolitanas (Lisboa e Porto), mas também o desenvolvimento de importantes polos industriais (Braga, Aveiro, Coimbra, Leiria). Parece-nos também importante relacionar este processo, com a progressiva valorização da praia como local de lazer e bem-estar, que se vem a intensificar ainda mais com a generalização do direito de férias a toda a população.

Fontes

- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Afonso II, livro 1 – Registo de chancelaria de D. Afonso II; livro 2 – Livro Novo.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Afonso III, livro 1 – Livro primeiro de doações, mercês e forais, livro 2 – Livro segundo de doações de D. Afonso III, livro 3 – Livro terceiro de doações e direitos reais.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Chancelaria Régia, D. Dinis, livros 1, 2, 3, 4 e 5 da chancelaria de D. Dinis.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 18, mç. 1, n.º 12.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Leitura Nova, livro 42, Livro de Forais Velhos.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Leitura Nova, livro 43, Livro dos Forais Novos de Entre Douro e Minho.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Leitura Nova, livro 44, Livro dos Forais Novos de Trás-os-Montes.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Leitura Nova, livro 45, Livro dos Forais Novos de Entre Tejo e Odiana.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Leitura Nova, livro 46, Livro dos Forais Novos da Beira.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Leitura Nova, livro 47, Livro dos Forais Novos da Estremadura.
- Coelho, Maria Helena da Cruz; Rocha, Ana Rita (2022). *Forais de D. Dinis*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Estatística de Portugal (1868). *Censo no 1º de Janeiro de 1864*. População. Lisboa: Imprensa Nacional, disponível em: <<https://www.ine.pt/xurl/pub/65580105>> acedido em set. 2023.
- Instituto Nacional de Estatística (2022). *Censos 2021. XVI Recenseamento Geral da População. VI Recenseamento Geral da Habitação: Resultados definitivos*. Lisboa: INE, disponível em: <<https://www.ine.pt/xurl/pub/65586079>> acedido em set. 2023.
- Marreiros, Rosa (2012). *Chancelaria de D. Dinis, livro II*. Coimbra: Palimage.
- Marreiros, Rosa (2019a). *Chancelaria de D. Dinis, livro III – Vol. 1*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Marreiros, Rosa (2019b). *Chancelaria de D. Dinis, livro III – Vol. 2*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ventura, Leontina; Oliveira, António Resende de (2006a). *Chancelaria de D. Afonso III, livro I, vol. 1*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ventura, Leontina; Oliveira, António Resende de (2006b). *Chancelaria de D. Afonso III, livro I, vol. 2*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Ventura, Leontina; Oliveira, António Resende de (2011). *Chancelaria de D. Afonso III, livros II e III*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Bibliografia

AMORIM, Inês (1996). Aveiro e sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814) estudo económico de um espaço histórico. In *História Regional e Local*, nº 1, Coimbra: CCRC – Comissão de Coordenação da Região Centro.

ANDRADE, Amélia Aguiar de (2005). A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal medieval: o caso da fachada Atlântica. In: BOLUMBURU, Beatriz Arízaga; Telechea, Jesús Ángel Solorzano, eds., *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en La Edad Media. Encuentros Internacionales del Medievo*. Nájera. Logrño: Gobierno de la Rioja – Instituto de Estudios Riojanos, p. 57-89.

BARROS, Henrique da Gama (1895). *História da Administração Pública em Portugal*, tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional.

BARROS, Henrique da Gama (1896). *História da Administração Pública em Portugal*, tomo II. Lisboa, Tipografia da Real Academia das Ciências.

BASTOS, Maria Rosário da Costa (2015). *O Baixo Vouga em tempos medievos: do preâmbulo da monarquia aos finais do reinado de D. Dinis*. Saarbrücken: Verlag, Novas Edições Académicas.

BRAGA, Teófilo (1868). *História do Direito Português: Os Forais*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1983). *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média (Estudo de História Rural)*, vol. I. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1996). Concelhos. In COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís Carvalho, coord., *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do séc. XIV*, vol. III da Nova História de Portugal. Lisboa: Editorial Presença.

COELHO, Maria Helena da Cruz (2006). O poder concelhio em tempos medievais – o “deve” e “haver” historiográfico, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, III série, vol. 7, 19-34.

CORBAIN, Alain (1995). *L’Avenement des loisirs 1850-1960*. Paris: Aubier.

DAVID, Henrique (1995). A população portuguesa na Idade Média: uma revisão bibliográfica. *População e Sociedade*, 1, 87-91.

DIAS, João Alveirinho (2005). Evolução da zona costeira portuguesa: forçamentos antrópicos e naturais. *Revista Encontros Científicos – Turismo, Gestão, Fiscalidade*, 1, 7-27.

DIAS, João Alveirinho (2009). Alguns exemplos de rápida evolução costeira em Portugal. In BOSKY, T.; MOURA, D.; GOMES, A., eds., *O Futuro do Ambiente da Península*

Ibérica: as lições do passado geológico recente. VII Reunião do Quaternário Ibérico, Livro de Resumos. Faro: CIMA, p. 17-21.

- DIAS, João Manuel Alveirinho (1988). Aspectos Geológicos do Litoral Algarvio, *Geonovas*, vol. X, 113-128.
- DIAS, João Manuel Alveirinho (2004). A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios. In: TAVARES, A. A., ed., *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos: geologia, história, arqueologia e climatologia – Actas do Colóquio.* Lisboa: Universidade Aberta, p. 157-170.
- DIAS, João Manuel Alveirinho; BOSKI, Tomaz; RODRIGUES, Aurora; MAGALHÃES, Fernando (2000). Coastline evolution in Portugal since the Last Glacial Maximum until present – a synthesis, *Marine Geology*, 170, 177-186.
- FRANKLIN, Francisco Nunes (1825). *Memória para servir de índice dos forais das terras do reino de Portugal e seus Domínios.* 2ª ed. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- FREITAS, Joana Gaspar de (2010). *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. de 1990).* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento em História, especialidade de História Contemporânea, disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3004>> acedido em set. 2023.
- HENRIQUES, Maria Virgínia Faria João Rodrigues (1996). *A faixa Litoral entre a Nazaré e Peniche. Unidades Geomorfológicas e Dinâmica Actual dos Sistemas Litorais.* Évora: Universidade de Évora. Tese de Doutoramento em Geografia Física, disponível em: <<http://hdl.handle.net/10174/11001>> acedido em set. 2023.
- HENRIQUES, Maria Virgínia Faria João Rodrigues (2013). O Litoral dos Coutos de Alcobaça. Evolução sedimentar e histórica da Lagoa da Pederneira. In: CARREIRAS; J., dir., *Mosteiros Cistercienses. História, arte e Património.* Tomo III. Alcobaça: Jorlis, p. 423-442.
- HERCULANO, Alexandre (1875). *História de Portugal desde o começo da monarchia até ao fim do reinado de Affonso III.* 8ª ed. Paris/Lisboa: Aillaud & Bertrand, 8 vols, disponível em: <<https://purl.pt/325>> acedido em set. 2023.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2019). *Retrato Territorial de Portugal.* Lisboa: INE, disponível em: <[url:https://www.ine.pt/xurl/pub/358634995](https://www.ine.pt/xurl/pub/358634995)> acedido em set. 2023.
- IRIA, Alberto (1988). O Algarve e os Descobrimentos. In *Descobrimientos Portugueses*, vol. II, tomo I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1981). Demografia. In SERRÃO, Joel, dir., *Dicionário de História de Portugal.* Porto: Livraria Figueirinhas, vol. II, p. 281-286.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1987). *Nova História de Portugal.* vol. IV – Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Lisboa: Ed. Presença.
- MARQUES, A. H. de Oliveira e Dias, João José Alves (2003). *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português.* Infografia de Maria João Lourenço Pereira e João Pedro Silva. Índices de João Carlos Oliveira. Lisboa: Centro de Estudos Históricos.

- MARTINS, Fernando (1947). A configuração do litoral português no último quartel do século XIV. Apostila a um mapa. *Separata de Biblos*, vol. XXII.
- MATTOSO, José (1997). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 8 vols.
- MORENO, Humberto (1986). *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XIV. Estudos de História*. Lisboa: Editorial Presença.
- MORENO, Humberto Baquero (1992). A navegação e a Actividade Mercantil no Entre-Douro-E-Minho. *Revista da Faculdade de Letras*, II série, volume IX, 9-24.
- OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de (2008). *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média – organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento em História Medieval, disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/112053>> acedido em set. 2023.
- PINTO, Maria Luís Rocha; RODRIGUES, Teresa (1993). A Evolução da População ao Longo do Século XIX – uma Perspectiva Global, *Revista Fórum Sociológico*, 3, 145-172.
- QUARESMA, António (1988). *Apontamento histórico sobre Vila Nova de Mil Fontes*. 2ª ed. Odemira: Câmara Municipal de Odemira.
- RODRIGUES, Teresa (1997). As Estruturas Populacionais. In: MATTOSO, José, dir., *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. 3, p. 179-217.
- RODRIGUES, Teresa (2008). *História da População Portuguesa*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- SAMPAIO, Alberto (1979). As Póvoas Marítimas. In *Estudos Históricos e Económicos*, vol. II. Lisboa: Veja.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (2001). *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*. Lisboa: Instituto nacional de Estatística, 3 vols.
- SOARES, Torquato Brochado de Sousa Soares (1931). *Apontamentos para o Estudo das Instituições Municipais Portuguesas*. Lisboa: s.n.

